

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

UNIDADE ACADÊMICA DE SERRA TALHADA

Curso de Licenciatura em Letras

MARTA DO NASCIMENTO OLIVEIRA

**DESOBEDIÊNCIA CIVIL NA NARRATIVA QUARTO DE DESPEJO – DIÁRIO DE
UMA FAVELADA: a metáfora da desigualdade social**

Serra Talhada

2019

MARTA DO NASCIMENTO OLIVEIRA

**DESOBEDIÊNCIA CIVIL NA NARRATIVA QUARTO DE DESPEJO – DIÁRIO DE
UMA FAVELADA: a metáfora da desigualdade social**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e Inglesa – Licenciatura, da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE UAST – Campus Serra Talhada) para obtenção do título de Licenciada.

Orientadora: Profa. Dra. Valquíria Maria Cavalcante de Moura

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca da UAST, Serra Talhada - PE, Brasil.

O48d Oliveira, Marta do Nascimento

Desobediência civil na narrativa quarto de despejo – diário de uma favelada: a metáfora da desigualdade social / Marta do Nascimento Oliveira. – Serra Talhada, 2019.

41 f.: il.

Orientadora: Valquíria Maria Cavalcante de Moura

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras) – Universidade Federal Rural de Pernambuco. Unidade Acadêmica de Serra Talhada, 2019.

Inclui referências.

1. Literatura brasileira. - Escritores negros 2. Desobediência Civil.
3. Favelas. I. Moura, Valquíria Maria Cavalcante de, orient. II. Título.

CDD 400

MARTA DO NASCIMENTO OLIVEIRA

**DESOBEDIÊNCIA CIVIL NA NARRATIVA QUARTO DE DESPEJO – DIÁRIO DE
UMA FAVELADA: a metáfora da desigualdade social**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e Inglesa – Licenciatura, da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE UAST – Campus Serra Talhada) para obtenção do título de Licenciada.

Aprovado em ____/____/_____.

Banca Examinadora

Orientadora – Profa. Dra. Valquíria Maria Cavalcante de Moura

Universidade Federal de Pernambuco – Unidade Acadêmica de Serra Talhada.

Examinador 1 - Prof. Dr. Kleyton Ricardo Wanderley Pereira

Universidade Federal de Pernambuco – Unidade Acadêmica de Serra Talhada.

Examinadora 2 - Profa. Dra. Paula Manuella Silva de Santana

Universidade Federal de Pernambuco – Unidade Acadêmica de Serra Talhada.

Toda dor pode ser suportada se sobre ela puder ser contada uma história.

Hannah Arendt

Dedico esta monografia a todas as vozes silenciadas, a todas as “Marias” que pela voz e som do artista eternizou-se em poesia.

Mas é preciso ter força

É preciso ter raça

É preciso ter gana sempre

Quem traz no corpo a marca

Maria, Maria

Mistura a dor e a alegria

Mas é preciso ter manha

É preciso ter graça

É preciso ter sonho, sempre

Quem traz na pele essa marca

Possui a estranha mania

De ter fé na vida

AGRADECIMENTOS

Agradeço antes de tudo a Deus, este nosso pai celestial que nos presenteou com o dom da vida, e nos fez capazes de trilharmos nosso caminho, pois, para cada um de seus filhos escolheu um talento. A todos os meus professores que me ajudaram a construir este caminho tão árduo, porém, tão nobre como missão lecionar. Descobri em cada experiência uma sensação de paixão despertada pela busca do conhecimento.

Agradeço a minha querida orientadora, professora Valquíria Santos, que tenho como exemplo e orgulho a seguir seus ensinamentos e aos meus colegas de graduação, por momentos tão especiais em nossa jornada acadêmica. Agradeço as mulheres maravilhosas em minha vida mãe, irmã e a minha amada avó Maria (*in memoriam*), por ter me ensinado valores que carrego comigo em todos os momentos. Obrigada por me olhar de algum lugar. E em especial, ao meu querido Luís Melo, que com seu apoio e incentivo, tornou-se meu melhor amigo e companheiro de todas as horas, obrigada por acreditar em mim, serei eternamente grata, por tanto carinho, amor e força.

Agradeço a nossa amada “casa do saber” a UFRPE-UAST, sinto-me lisonjeada em fazer parte dessa grande família que trabalha para o bem maior da comunidade interiorana, como filha da terra, não encontrarei sábias palavras para demonstrar tamanha gratidão para com todos que fizeram e fazem parte do processo de transformação da realidade do sertão pernambucano, através da educação ofertada por todos os profissionais que compõe esta instituição de ensino.

RESUMO

O presente trabalho trata-se de demonstrar a partir de uma análise do perfil psicológico da narradora Carolina Maria de Jesus, o conceito de desobediência civil implícitos na obra *Quarto de Despejo*. Neste, faz-se uma tentativa de verificar o processo do desenvolvimento das características psicológicas, dos conflitos descritos no espaço e tempo, e em como essa problemática irá delinear a personagem configurada em uma cidadã representante de uma sociedade construída sobre os pilares da injustiça social que desafia um sistema opressor e silenciador através de sua obra. O principal objetivo do estudo pretende assimilar o ensaio *Desobediência Civil* do filósofo Henry David Thoreau, e assim traçar o conceito a partir do reconhecimento da poética identitária e da narração dos fatos como elementos que arquitetam a narrativa, posto isso, buscamos entender como o direito a literatura transforma-se em emancipação da voz de um determinado e marginalizado corpo social representado no espaço da favela. Para corporificar esta leitura, parte-se das relações que a literatura constrói com a realidade, e como esta, poderá instituir-se como forma de denúncia, exercida pela autora para obter sua libertação da pobreza e ascensão social através da educação. Utilizou-se na pesquisa, para fundamentar a análise desse trabalho, autores como: Antônio Cândido, Anatol Rosenfeld, Henry David Thoreau, dentre outros.

Palavras-chave: Literatura. Quarto de Despejo, Desobediência Civil, Voz, Emancipação.

ABSTRACT

The present work is to demonstrate from an analysis of the psychological profile of the narrator Carolina Maria de Jesus, the concept of civil disobedience implied in the work room of eviction. In this, an attempt is made to verify the process of developing the psychological characteristics, the conflicts described in space and time, and how this problem will delineate the character set up in a citizen representing a society Built on the pillars of social injustice that defies an oppressor and silencer system through his work. The main objective of the study is to assimilate the Civil disobedience essay of the philosopher Henry David Thoreau, and thus to trace the concept from the recognition of the poetic identity and the narration of the facts as elements that architect the narrative, put This, we seek to understand how the right to literature becomes an emancipation of the voice of a determined and marginalized social body represented in the favela space. To incorporate this reading, it is part of the relations that the literature builds with reality, and like this, it can be instituted as a form of denunciation exercised by the author to obtain her liberation from poverty and social ascension through education. It was used in the research, to substantiate the analysis of this work, authors such as: Antônio Cândido, Anatol Rosenfeld, Henry David Thoreau, among others.

Keywords: literature. Eviction room, Civil Disobedience, Voice, Emancipation.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	1
2	QUARTO DE DESPEJO: A METÁFORA DA DESIGUALDADE SOCIAL.....	4
2.1	CARACTERÍSTICAS DA NARRATIVA: PERFIL PSICOLÓGICO E PERSONAGEM DE FICÇÃO.....	12
2.2	DA DIMENSÃO CRÍTICA E SOCIAL EM QUARTO DE DESPEJO.....	18
3.	DESOBEDIÊNCIA CIVIL A PARTIR DE UM QUARTO DE DESPEJO.....	22
3.1	CAROLINA MARIA DE JESUS: DE FAVELADA E NEGRA A ESCRITORA RENOMADA.....	28
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	35

1. INTRODUÇÃO

Esta discussão traz uma reflexão sobre a aplicabilidade do conceito de desobediência civil sobre os atos descritos e explanados na narrativa “*Quarto de Despejo: diário de uma favelada*”, e como estes relatos, vão configura-se em obra literária pelas mãos da autora, partindo do pressuposto da análise de trechos e da linguagem utilizada pela escritora, que se aproxima do contexto da oralidade, verificaremos como essa narradora onisciente estrutura e edifica a idealização que o poder do direito a literatura, ergue vozes silenciadas ao longo da história.

Logo, objetivamos através de recortes da obra analisar interpretações de possíveis conceitos da desobediência civil percebida na atuação da narradora, para tal, para efeitos de delimitação da pesquisa e a realização dos objetivos da natureza deste trabalho, consideramos ter o caso da Carolina Maria de Jesus *personagem*, como figura representacional dos muitos mártires sociais existentes em nosso país e descritos na literatura ao longo da história.

A personagem descrita como negra, pobre, mulher e favelada, que pelas condições suportadas à época, encontrava-se inserida no centro do “caos” da maior metrópole nacional, tornou-se, no início dos anos 60, a partir da publicação do seu livro mais importante *Quarto de Despejo*, a propulsora da escrita do que hoje entende-se por literatura marginal.

Carolina era em suas instâncias uma tenaz e ardente exemplar da importância da transgressão sobre determinadas regras sociais impostas por um sistema opressor e desumano, com seus escritos, conseguiu articular magistralmente a relevância da educação sobre a construção de uma vida respeitável. Com efeito, a personagem se torna a pedra essencial na construção desta narrativa apresentada, e conseqüentemente, como uma ilustração para lançar luz sobre a questão, às vezes silenciada, outras vezes, obscura e mal interpretada sobre o conceito da desobediência civil.

Como fontes utilizadas para a presente análise, primeiro observaremos a relevância da obra como representação no que diz respeito à metáfora da desigualdade social, os conflitos descritos nos espaços em que a narrativa é construída, conjuntamente as características psicológicas da narradora mesclam esse descontentamento com as condições sociais descritas na obra, e como consequência irá cometer atos de desobediência civil dentro da esfera social comunitária a qual reside, neste caso, na extinta favela do Canindé.

Para tal análise partimos das hipóteses percorridas acerca dos estudos do contexto sócio político e histórico em relação à conjuntura da mulher na sociedade, e sobre os “frutos” de um regime escravocrata que geriu durante séculos nosso corpo social. Uma vez que, examinando, através uma simetria entre o ensaio do abolicionista Thoreau, e a obra da autora brasileira Carolina, sendo essa mulher, negra, despossuída e do gueto, buscamos por entender, como se dará a transgressão desta personagem, e suas facetas frente ao coletivo, assim como, a mesma elabora sua percepção de mundo, e também, como percebe-se no mundo, enquanto cidadã atuante que faz parte dessa comunidade.

Logo, ao estar implantada neste meio, estará sujeita a sanções e as atuações diretas e indiretas da administração pública e privada de onde vive, assim, a concepção de civil enquanto sujeito estrutural da coletividade concentrará esforços na compreensão em como as normas sociais caracterizam um complexo sócio - cultural. Desta forma, a narradora extrai seu corpus como matéria prima de pesquisa e reflexões sobre o contexto que a cerca, e a afeta diretamente.

Sobre o conceito moderno de direitos fundamentais, a observação de que os casos de desobediência civil podem trazer relevância para os conceitos de dignidade da pessoa humana, seria uma forma de expressão do direito de resistência, que é uma espécie de direito de exceção (ou seja, destacado do sistema de direito comum) e, embora tenha cunho jurídico, não necessita de leis para garanti-lo, por ser um meio de assegurar outros direitos do homem. Quando as instituições públicas não exercem seu papel e não existem meios legais de assegurar o funcionamento desses direitos, ou falham drasticamente no atendimento da demanda para com a sociedade, trata-se, portanto, de manter, preservar ou conquistar direitos esses negados.

É de valor inestimável, e instigante intelectualmente, a pesquisa da estrutura narrativa, assim como, sua proposta de realidade marginal descrita na literatura, sob o viés dos conflitos de espaços entre favela e cidade, e elucidados conflitos internos pelas reflexões da narradora, tais direitos, ditos fundamentais serão reivindicados, através do espelhamento sobre dados espaços, e assim justificá-los como atos de legitimidade presentes como 'rebelia legal', uma vez que os princípios gerais da dignidade humana devem prevalecer antes às leis injustas.

Inicialmente, a concepção da ideia da desobediência abrangida pelo trabalho de Thoreau, era o questionamento de como alguém poderia estar em bom caráter moral e concordar com um sistema explorador, que usava dinheiro de impostos de seus cidadãos para

financiar guerras, apoiar uma ditadura de violência escravocrata, assim como corroborar um genocídio de indígenas americanos. Harmônico com seu posicionamento político e visão libertária, o precursor dos movimentos revolucionários, também pagara seu preço, onde ao recusar-se ao pagamento de impostos ao governo, o qual considerava desleal, abusivo e imoral, foi preso durante uma noite. Como resultado desta experiência nasceu o celebre ensaio “A desobediência civil” (publicado em 1849). O autor descreve suas reflexões sobre esse fato, e explana conforme seu ponto de vista, como haveria de ser uma resistência pacífica e eficaz a certas leis de um Estado que era belicista, martirizava os povos indígenas e não prezava pela natureza.

As discussões em torno da desobediência civil pelo caso apresentado, definirão o debate na compreensão de Henry David Thoreau e literatos como Antonio Candido e Anatol Rosenfeld, firmando assim um elo entre a desobediência civil e a literatura. Este trabalho traz a reflexão inicial de que é necessário analisar a denominada *literatura marginal*, observando aspectos de formação de sua gênese, tal como elementos que a tornam constituinte de um movimento cultural de afirmação identitária e resistência política, localizado especialmente nas periferias dos grandes centros urbanos.

Ao incitarmos a discussão da obra *Quarto de Despejo*, e analisarmos as construções narrativas presentes, quando, por exemplo, a personagem Carolina se nega a pagar a conta da torneira comunitária, e justifica tal ato, por possuir outras obrigações mais urgentes, como “colocar comida na mesa para os filhos”, consideramos como um caso de ‘*legítima*’ desobediência civil.

Posteriormente, iluminando tal reflexão e levando em conta os conceitos apresentados, para o entendimento de que um ato de desobediência civil pode ser considerado como determinante para uma geração, pois a ideia atravessou fronteiras geográficas e temporais, transformando-se numa grande referência da luta contra a opressão, exploração e injustiças. Ela que nada mais seria do que o direito de defendê-lo contra as regras e leis abusivas, como decorrência do princípio da dignidade da pessoa humana. Como metodologia, utilizamos a pesquisa bibliográfica, objetivando contribuir para o desenvolvimento no campo das pesquisas acadêmicas sobre a literatura marginal e os estudos teóricos aplicados sobre a mesma.

2. QUARTO DE DESPEJO – DIÁRIO DE UMA FAVELADA COMO A METÁFORA DA DESIGUALDADE SOCIAL

A consideração da literatura com base em uma ótica centrada no conceito de heterogeneidade envolve uma revisão extensa dos paradigmas do conhecimento humano que necessitam de sustentação teórica ao exercício analítico da literatura, concebendo hodiernos protocolos de apropriação, interpretação e julgamento da produção ficcional; em um desprendimento epistemológico que transita da competência textual como eixo do discurso estético para a consideração de outras instâncias sujeitas e legitimadoras da obra literária.

Partindo do pressuposto do uso da metáfora escolhida pela autora classificar-se como narrativa, as características implícitas encontradas na obra, propagam as inerentes condições sociais, em que a narradora encontrava-se inserida e descreve em seus compilados vinte cadernos, o que futuramente tornaram-se umas das obras literárias mais traduzidas e publicadas em todo o mundo. Observamos na obra “Quarto de despejo – diário de uma favelada”, características narrativas de uma sequência de fatos que consistem em expor toda uma estrutura social pautada sobre o caráter de denúncia das desigualdades sociais, no espaço da extinta favela do Canindé, na região de São Paulo, à medida que o tempo passa.

Ao iniciarmos a discussão sobre a literatura marginal, e seu espaço no contexto contemporâneo dentro da perspectiva acadêmica, abordamos a relevância nos estudos literários, e buscamos por lançar um novo olhar sobre a importância de levantar tais questões, nas obras consideradas não cânones.

O termo “literatura marginal” nasceu por volta dos anos 70, também conhecida como poesia marginal ou geração mimeógrafo, em função da repressão da ditadura militar. Ressaltando que a década de setenta foi uma das mais opressoras para a intelectualidade do país, onde a implementação do ato institucional número 5 (AI-5) censurou todo e qualquer ato de liberdade de expressão.

A literatura brasileira quase sempre desfrutou de histórias de exclusão social, porém, foi por volta do fim dos anos 80, quando a violência no país ganhou fortes dimensões, que o termo *Literatura Marginal* também se propagou para novas modalidades: transfigurou-se em um ato emancipatório para a voz da sociedade que vive à margem da sobrevivência, adquirindo assim correlação com o nome *Literatura Periférica*. Esta nova vertente que agora

adentrara no mundo literário, passa a ser um grito de socorro e denúncia da própria sociedade marginalizada para o mundo.

A contar dos anos 80, a literatura brasileira integra consideráveis indícios relativos à questão da diversidade, e de modo mais sistemático tem por efeito obras que se esforçam por dar voz a esta minoria, na área da representação estética aos distintos extratos da nossa sociedade. Assim, verifica-se uma vasta produção de obras onde a mulher, o negro, o homossexual, e o marginal, ganham espaço como exemplares das esferas sociais historicamente vitimados por processos discriminatórios e rechaçados, desta vez, destacam-se no cenário literário nacional.

Possivelmente, nenhuma outra tendência desse complexo cenário alcançou tamanha sensibilidade dessa realidade, de modo que aqui estamos chamando de *literatura marginal*. Resultante deste trabalho é o surgimento de obras, sobretudo, poéticas, a partir de um registro espontâneo da linguagem. A literatura marginal dos anos 70 no Brasil faz-se à margem do sistema social e cultural vigente. O movimento não persiste com tamanha intensidade sobre a renovação das formas estéticas, no entanto, sugere uma transformação nas próprias práticas culturais, nos modos de engendrar a cultura fora de princípios decorosos e eruditos, como atitudes crítica à ordem do sistema. Segundo Heloísa Buarque de Hollanda:

a recusa das “formas sérias do conhecimento” passa a configurar um traço importante e crítico de uma experiência de descrença em relação à universalidade e ao rigor das linguagens técnicas, científicas e intelectuais. E essa atitude antiintelectualista não é apenas uma forma preguiçosa ou ingênua, mas outra forma de representar o mundo (HOLLANDA, 2004, p. 111-112).

Para além desta nova modalidade de interpretar e representar o mundo, que remete mais ao uso da linguagem e, por conseguinte, aproximam-se da oralidade, os significados textualmente construídos, por parte dos “marginais”, leva a posse de uma postura enfaticamente crítica em relação à estrutura social vivenciada. Superando os “limites” impostos pelo cânone literário, o sujeito apropria-se de uma nova função no cotidiano, vive uma nova situação de experiência coletiva que revela condutas distintas de viver e de encarar a relação com o meio ao qual está inserido, e reflete essas experiências através da arte e da cultura. Deste modo, “a marginalidade desse grupo não é apenas literária, mas revela-se como uma marginalidade vivida e sentida de maneira imediata frente à ordem do cotidiano”.

(HOLLANDA, 2004, P. 113)

Logo, em “Quarto de Despejo” temos uma obra digna de ser classificada como literatura marginal, e como principal característica surge com a quebra de padrões literários do período, que ia contra o modelo do mercado editorial, fugindo das formas comerciais de produção e circulação de literaturas impostas pelas grandes editoras da época.

A partir disso, as literaturas marginais ganham novas vozes e vinculam-se às demais manifestações da periferia. Conseguem ser publicadas independentemente dos padrões exigidos pela norma culta, e utiliza-se de sua própria linguagem para “explicar” e expor ao mundo seu espaço e seus conflitos, desta forma, vai aos poucos conquistando o mercado editorial, e ganha proporções inimagináveis como o caso da obra em análise “Quarto de Despejo” que se fez reconhecido internacionalmente.

A autora do livro revela e retrata a realidade de uma cidade superlotada, em crescente e descontrolado desenvolvimento urbano e mal administrada por políticas públicas, onde este *quarto de despejo*, nada mais seria, do que o lixo inútil e descartado pela sociedade. O título em si é uma alusão comparativa que a narradora utiliza em algumas oportunidades para expressar a posição da favela e de seus moradores em relação à cidade.

Estou no quarto de despejo, e o que está no quarto de despejo ou queima-se ou joga-se fora. (JESUS, 2005 p.33)

Eu classifico São Paulo assim: o palácio é a sala visita. A prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. A favela é o quintal onde jogamos os lixos (JESUS, 2005 p.28)

O livro *Quarto de Despejo* (1960), escrito por Carolina Maria de Jesus (1914 –1977) entre 1955 a 1960, é um retrato literário onde a mesma possuía o hábito de registrar numa espécie de diário, a descrição do seu dia a dia, ou seja, a luta diária pela sobrevivência daquelas pessoas que viviam naquela situação, e através de sua memória e escrita peculiar, encontra-se o caráter de delação das circunstâncias vivenciadas em tal espaço, e por este motivo, exerce perfeitamente essa missão. Trata-se de uma escrita sobre o cotidiano da narradora e dos habitantes da favela do Canindé, em meio à explosão que a maior metrópole do país atravessava na época, com os resultantes sofrimentos, indignações e angústias que a população marginalizada era obrigada a superar diante de sua situação de miséria e desamparo.

A alegoria empregada por Carolina apresenta os recursos da lírica e da oralidade, que marcam a linguagem na narrativa, a autora submete a linguagem para “além da gramática”, utilizando-se assim, de um vocabulário fora da norma padrão, aproximando a

relação do discurso com a realidade, elevando-o ao uso do cotidiano, o que tem muito a ver com o gênero que a escrita nos propõe. O que a escritora objetivava, era a sua intenção de ser publicada, e justamente para tal feito, a mesma trabalhava com a linguagem literária para transmitir essa mensagem.

Não digam que fui rebotalho,
que vivi à margem da vida.
Digam que eu procurava trabalho,
mas fui sempre preterida.
Digam ao povo brasileiro
que meu sonho era ser escritora,
mas eu não tinha dinheiro
para pagar uma editora.

(Carolina Maria de Jesus, em “Quarto de despejo”, 1960).

A beleza poética e sensibilidade que Carolina capta no cotidiano, são de certa forma uma representação de uma vida extremamente sofrida e realística. O “eu” empregado em diversas passagens da obra, ora denunciam o desprazer e revolta da narradora, ora deixam acessível um perfil mais submisso compreendido no fluxo de consciência da mesma como estratégia de opressão:

Eu ando tão preocupada que ainda não contemplei os jardins da cidade. Eu não
consegui armazenar para viver. Resolvi armazenar paciência. (p.15)

A autora negra e favelada nos conta uma história, e traz uma nova voz, voz esta, por sinal, muito potente, o que conseqüentemente iria gerar muitas críticas, dentre elas, se seu livro é de fato Literatura, ou apenas uma catadora de lixo escrevendo errado. Então, nos questionamos: se, literatura pode ser um modo de ler e escrever o mundo, porque não transformá-la em outra linguagem? Pois, é de estimado valor ouvir e fortalecer a voz de quem nos concede a lucidez de que há seres humanos e problemas concretos demais, apesar das críticas e instituições.

Há várias marcas textuais que caracterizam o livro como gênero diário, dentre elas, registros do dia em que determinado fato aconteceu, ações que ela estava executando em determinado momento, ela presta atenção em “documentos do mundo”, como jornais e propagandas no centro da grande cidade, o que inevitavelmente, estabelece uma ligação com a realidade, portanto, nos dá uma ideia com o autêntico. E, além de autêntico, conseguimos imaginar o contexto social e entender um pouco da época. No trecho a seguir, podemos vislumbrar uma questão política que está sendo manifestada:

3 de novembro... Catei uns ferros. Deixei um pouco no depósito e um outro pouco
eu trouxe. Quando passei na banca de jornais, vi este slogan dos estudantes:

Juscelino esfolia!

Ademar rouba!

Janio mata!

A Camaraapóia!

E o povo paga!

(JESUS, 1960, p. 126)

A tensão presente que esses apontamentos dominam a época é expressa por Carolina e deixam transparecer o cenário político e o descaso para com aqueles que estariam “predestinados” à margem da sociedade, deixando implícito a negligência e a omissão do poder público com este corpo social existente.

Ao catalogar suas palavras em um escrito no formato de *diário*, Carolina configura o elemento íntimo, e utiliza-se da sua linguagem para explicar em seus textos que falam da sua escrita, recorrendo assim ao processo da metalinguagem, porém, este já não pode cumprir a função de um diário como algo individual e inacessível, ao passo que, a autora tinha a intenção de publicá-lo. Embora houvesse algumas diferenças entre ela e o favelado colocou-se como representante de um povo que não tinha a quem reclamar ou apelar:

... Quando as mulheres feras invade o meu barraco, os meus filhos lhes joga pedras. Elas diz: – Que crianças mal iducadas! Eu digo: – Os meus filhos estão defendendo-me. Vocês são incultas não pode compreender. Vou escrever um livro referente a favela. Hei de citar tudo que aqui se passa. E tudo que vocês me fazem. Eu quero escrever o livro, e vocês com estas cenas desagradáveis me fornece os argumentos (JESUS, 1960, p. 21).

... Aqui na favela quase todos lutam com dificuldades para viver. Mas quem manifesta o que sofre é só eu. E faço isto em prol dos outros. Muitos catam sapatos no lixo para calçar. Mas os sapatos já estão fracos e aturam só 6 dias (JESUS, 1960, p. 36-37).

.... Quando eu fui buscar agua vi uma infeliz caida perto da torneira porque ontem dormiu sem jantar. É que ela está desnutrida. Os medicos que nós temos na politica sabem disto (JESUS, 1960, p. 41).

A autenticidade presente na escrita desenha-se a partir de uma interpretação da leitura, e das relações que a literatura constrói com a realidade, que pode partir de uma experiência real ou não. Os registros do dia a dia, em Quarto de Despejo, onde ela descreve o perfil social e

por vezes psicológicos das pessoas com quem ela convive, além dos valores e gastos nas despesas com alimentação dos filhos. As marcas de hora e data, também compõem a estrutura da diegese, as reflexões que ela faz sobre sua própria condição, de como ela se vê e como ela percebe o mundo.

Trata-se aqui de utilizar-se desse gênero, que pretende contar a verdade, mas rompendo ao mesmo tempo, com a idéia de que um diário é meramente pessoal, ou seja, transformando-o pelo trabalho histórico, em algo com uma amplitude social maior: enquanto relatos ou representações de vida, os diários não de detêm a meros detalhes da intimidade, mas ultrapassam ao incluir reflexões sobre a história pública (CUNHA, 2000, p. 160).

Para lutar por sua sobrevivência, a catadora de lixo, Carolina Maria de Jesus, enfrenta seu maior inimigo: a fome. E nessa luta constante, a escritora cumpre rotineiramente sua saga, com um único objetivo, de conseguir o sustento para seus três filhos, Carolina chega a descrever que sua fome tem cor, e esta cor é amarela, relata que quando sente fome, vê tudo amarelo.

Que efeito surpreendente faz a comida no nosso organismo! Eu que antes de comer via o céu, as árvores, as aves, tudo amarelo, depois que comi, tudo normalizou-se aos meus olhos. (JESUS, 2007, p. 45).

A tontura do álcool nos impede de cantar. Mas a da fome nos faz tremer. Percebi que é horrível ter só ar dentro do estômago. (JESUS, 2007, p. 45).

Mergulhamos em seu mundo, e descobrimos a profundidade de sua dor, em como é extremamente doloroso ser consciente de sua condição, pois ser mulher é difícil, e ser mulher negra e favelada é ainda mais complicado. Este livro irá funcionar como denúncia da miséria existente, e que muitas vezes é escondida e silenciada, ou talvez que nunca ouvimos falar, não se comenta, não se problematiza a margem.

Esse ambiente hostil, onde a privação e o subdesenvolvimento são a própria essência do espaço, não há privacidade, a violência é constante, cotidiana, e a personagem descreve com riqueza de detalhes sua aflição do que possa acontecer com seus filhos, pois, diante dos fatos violentos que ocorrem diariamente, a polícia se manifesta como autoridade que leva ao medo, que também vai sempre enviar notificações, avisando-a que ela deve comparecer a delegacia para buscar seu filho.

Ela propõe que a favela é um lugar para enxergamos um exemplo, de como o “bom vira mau”, em que as pessoas acabam se transformando, perdem-se no caminho, as crianças podem vir a ser “o diamante que acaba quebrando e sujando a imagem que ela traz.”

Todas as intervenções externas, como a polícia, a igreja e os políticos a escritora consegue reunir em seus cadernos, a representação da estratificação social num determinado período histórico em nosso país, onde a indiferença do poder público reinava, ressaltamos e lamentamos que ainda nos dias atuais, muita coisa não tenha mudado.

Logo, esta escassez e pobreza marcaram de forma intensa a mágoa e insatisfação com a condição social vivenciada pela personagem, e aos que estão impelidos a margem da sociedade, todas as evidências descritas na obra, apontam que esta narrativa cumpre, com efeito, a denúncia do que realmente significaria o diário de uma favelada, intitulado: Quarto de despejo. Para entendermos melhor sobre a construção desta personagem tão marcante, como peça principal desta narrativa, iniciaremos uma discussão no próximo capítulo, sobre a construção do perfil psicológico da narradora com relação à perspectiva de ficção, discutida a luz do teórico Anatol Rosenfeld.

2. 1 CARACTERÍSTICAS NARRATIVAS: PERFIL PSICOLÓGICO DA NARRADORA E PERSONAGEM DE FICÇÃO

Independente de existir ou não arquétipos reais que endossem as personagens ficcionais como espectros de humanos, elas existem no texto literário porque se materializam através do jogo habilidoso da linguagem. O autor lhes dá vida, descrevendo-as de forma a criar, para o leitor, a ilusão de realidade. Muitas personagens são frutos da síntese de objetos reais captados e rememorados pelo escritor, que elabora um novo ser por meio de estratégias textuais.

A cada novo conto o leitor é convidado a participar do jogo: Ler ficção significa jogar um jogo através do qual damos sentido à infinidade de coisas que aconteceram, estão acontecendo ou vão acontecer no mundo real. Ao lermos uma narrativa fugimos da ansiedade que nos assalta quando tentamos dizer algo de verdadeiro a respeito do mundo. (ECO, 1994, p.93)

As personagens são edificadas pela concepção do escritor e atuam no âmago da narrativa literária, possuem por atribuição figurar pessoas, comportamentos e sentimentos verídicos. Portanto, são construídas à imagem e aparência dos seres humanos. Quando bem elaboradas, podemos identificar pessoas vivenciando fatos e acontecimentos análogos aos nossos. A personagem só existe na história se dela participa. Entendemos a narrativa de ficção como constituída e elaborada de modo a emocionar, sensibilizar e comover os leitores como se fossem reais.

[...] a narrativa começa com a própria história da humanidade; não há em parte alguma, povo algum sem narrativa; todas as classes, todos os grupos humanos têm suas narrativas, e freqüentemente estas narrativas são apreciadas em comum por homens de culturas diferentes, e mesmo opostas; a narrativa ridiculariza a boa e a má literatura: internacional, trans-histórica, trans-cultural; a narrativa está aí, como a vida. (BARTHES, 2011, p. 19)

Porém, para o teórico e crítico Antonio Candido, uma obra literária, essencialmente um romance, só manifesta-se integralmente quando declara aos leitores “a impressão da mais lídima verdade existencial”, por meio “de um ser fictício” (CANDIDO, 1976, p. 55). Ou seja, o estudioso expressa que uma obra literária só se realiza por totalidade quando prepondera pelo princípio da verossimilhança, sendo assim, em face, busca convencer o leitor, transversalmente por suas personagens, de modo que, o que há de primordialmente escrito poderá vir a ser verdade, suscetível de ser fidedigno.

... Nós somos pobres, viemos para as margens do rio. As margens do rio são os lugares do lixo e dos marginais. Gente da favela é considerado marginais. Não mais vê os corvos voando as margens do rio, perto dos lixos. Os homens desempregados substituíram os corvos. (JESUS, 2007, p.48)

Desse modo, inevitavelmente, estabelece uma conexão com o mundo real e, por conseguinte, as personagens daquele, engendram uma relação com as pessoas que vivem neste. Portanto, um romance é ainda mais concebível quando as suas personagens apresentam em si, similar complexidade ou correspondente densidade psicológica dos indivíduos que fazem parte do mundo real. Ao conceber a personagem, o autor cria da mesma forma a si próprio, a trama e suas circunstâncias.

Para Rosenfeld,

o extraordinário é que podemos, de certo modo, participar destas interpretações por mais que na vida real não sejam contrárias, por mais que as combatamos na vida real. É evidente que há [...] limites. Ao que esta descrição visa é expor o fenômeno estético como tal na sua máxima pureza. (2011, p.48)

Conduz-se do “imenso reino do possível” (ROSENFELD, 2011, p.48), espaço onde a obra literária em sua constituição intencional e esteticamente enriquecedora restitui uma liberdade “que a vida real não nos concede” (ROSENFELD, 2011, p.48). A conversa entre narrador e personagens, com o artifício mesmo a negativa do narrador fictício, revela que:

na ficção narrativa desaparece o enunciador real. Constitui-se um narrador fictício que passa a fazer parte do mundo narrado, identificando-se por vezes (ou sempre) com uma ou outra das personagens, ou tornando-se onisciente etc. [...] O narrador fictício não é sujeito real de orações, como o historiador ou o químico, desdobra-se imaginariamente e torna-se manipulador da função narrativa [...] não narra de pessoas, eventos ou estados; narra pessoas (personagens), eventos e estados. (ROSENFELD, 2011, p.26)

A transposição dos elementos históricos para a narrativa ficcional mostra as semelhanças e diferenças entre o discurso literário e o histórico. Narrar é expor, por meio da fala ou da escrita, um acontecimento ou uma sucessão de fatos, relativamente articulados, reais ou imaginários. Assim temos a narrativa poética, a narrativa objetiva (eventos reais) e a narrativa de ficção (eventos imaginários).

No caso da narrativa de ficção, empregamos o termo "narração", como designativo da prosa de ficção. Neste caso, a narração é uma invenção, uma criação humana e, como tal, exige arte, técnica, e imaginação. Em suma, a narração equivale no relato de acontecimentos ou fatos que envolvem: um narrador que a relate, personagens que vivenciem os episódios narrados, um espaço em que se ambiente a história, uma trama (rede de conflitos), ação e o perpassar do tempo em que a ação se desenvolve.

Pensar sobre a personagem considerando outros elementos é a proposta apresentada pelo jornalista e crítico alemão Anatol Rosenfeld (1912-1973). Conforme implícito em seus

escritos, a personagem de uma história é a maior responsável por provocar a imaginação do leitor, a obra literária transforma seres e mundos em realidade por meio da imaginação concretizadora do leitor.

A personagem é, finalmente, o último elemento constituinte da estrutura narrativa a ser estudado. Trata-se de um ser fictício — humano ou antropomórfico — concebido por um autor / criador, cujo crivo orienta seus pensamentos, sentimentos e ações. ROSENFELD, Anatol. Literatura e personagem. In: CANDIDO, Antonio (Org.). A personagem de ficção, cit. p. 27-28.

Segundo o teórico, esse elemento não apenas transmite uma informação ou um mero conteúdo significativo da oração, e sim, do mesmo modo o contexto. Rosenfeld sugere que, observando que a figura central ajuda o leitor a compreender o enredo, nos faz refletir sobre o espaço e o tempo e perceber o foco narrativo. As narrativas de ficção possuem caráter de insinuação a uma determinada percepção da vida. Em vista disso entendemos que as narrativas de criação ou a ficção nos sensibilizam e nos aproximam da realidade.

... Elas vai na feira, cata cabeça de peixe, tudo que pode aproveitar. Come qualquer coisa. Tem estomago de cimento armado (...). As vezes eu ligo o rádio e danço com as crianças, simulamos uma luta de boxe. Hoje comprei marmelada para eles. Assim que dei um pedaço a cada um percebi que eles me dirigiam um olhar terno. E o meu João José disse: - Que mamãe boa! (QUARTO DE DESPEJO, p. 17, 1960)

Sucedam-se em obras narrativas ou dramáticas, o autor outorga a cada personagem um papel a ser executado, uma função a ser efetivada, a vontade de ser exercida ou um destino a ser cumprido.

Esquentei o arroz e os peixes e dei para os filhos. Depois fui catar lenha. Parece que vim ao mundo predestinada a catar. Só não cato felicidade (JESUS, 1960, p. 72).

A conduta da personagem demanda preservar, com base de sua concepção, a coerência com as premissas que lhe foram certificadas. Uma personagem pode estar retratando uma única ideia ou várias. Pode ser um sujeito único, individual ou o reflexo de uma população com características semelhantes, e que partilham das problemáticas narradas, e ou descritas na obra. Para tal impacto, os pensamentos são delineados a partir do ponto de vista da própria personagem.

O termo "verdade", quando usado com referência a obras de arte ou de ficção, tem significado diverso. Designa com frequência qualquer coisa como a genuinidade, sinceridade ou autenticidade (termos que em geral visam à atitude subjetiva do autor); ou a verossimilhança, isto é, na expressão de Aristóteles, não a adequação àquilo que aconteceu, mas àquilo que poderia ter acontecido; ou a coerência interna no que tange ao mundo imaginário das personagens e situações miméticas; ou mesmo a visão profunda - de ordem filosófica, psicológica ou sociológica - da realidade. (ROSENFELD, P.18)

A narração - mesmo a não-fictícia -, para não se tornar em mera descrição ou em relato, exige, portanto, que não haja ausências demasiadas prolongadas do elemento humano (este, naturalmente, pode ser substituído por outros seres, quando antropomorfizados) porque o homem é o único ente que não se situa somente “no” tempo, mas que “é” essencialmente tempo. (ROSENFELD, 1987, p. 28)

A alma da narrativa da obra *Quarto de Despejo* é a revolta, e a submissão social a qual a personagem recusa-se a aceitar:

Quando eu vou na cidade tenho a impressão que estou no paraíso. Acho sublime ver aquelas mulheres e crianças tão bem vestidas. Tão diferentes da favela. As casas com seus vasos de flores e côres variadas. Aquelas paisagens há de encantar os olhos dos visitantes de São Paulo, que ignoram que a cidade mais afamada da América do Sul está enferma. Com as suas úlceras. As favelas (JESUS, 1960, p. 84).

O conflito através dos espaços denuncia o estado de extrema pobreza e descaso. E esta percepção divergente atuará como base reflexiva sobre as desigualdades sociais existentes entre o espaço da favela do Canindé e a cidade de São Paulo. A segregação não será de forma alguma naturalizada, a personagem denuncia nitidamente sua insatisfação e indignação, protesta através da escrita à condição de seu sofrimento, a personagem almeja por transformações pessoais, assim como, mudanças na esfera política que façam a situação coletiva prosperar.

Frequentemente, em narrativas fictícias, é comum o leitor associar o *ficcionalista* ao autor da narrativa, ou seja, com o *narrador da história*.

É precisamente a ficção que possibilita viver e contemplar tais possibilidades, graças ao modo de ser irreal de suas camadas profundas, graças aos quase-juízos que fingem referir-se a realidades sem realmente se referirem a seres reais e graças ao modo de aparecer concreto e quase-sensível deste mundo imaginário nas camadas exteriores. (ROSENFELD, P.46)

Atentamos que autor e narrador são tipos distintos. O autor trata-se de uma pessoa de verdade, que se emprega de uma voz, ou seja, de uma *personagem fictícia*, já o *narrador* nos revela aquilo que ele idealiza, inventa e ou elabora. Por conseguinte, o narrador só existe no texto. Logo, o escritor poderá ser compreendido como o ser que se esconde por trás do narrador para expor de acordo com sua visão e peculiar maneira, determinados fatos. Portanto, cada autor concebe um narrador diferente para cada obra.

Ainda que a narrativa apresente-se na primeira pessoa, não sabemos afirmar se de fato é o autor que fala. À vista disso, o escritor pode gerar narradores integralmente antagônicos a seu modo de ser e de pensar. Na obra analisada, da escritora Carolina de Jesus, essas marcas linguísticas pronominais se destacam na narrativa:

14 de junho... Está chovendo. Eu não posso ir catar papel. O dia eu chove eu sou mendiga. Já ando mesmo trapuda e suja. Já uso mesmo o uniforme dos indigentes. E

hoje é sábado. Os favelados são considerados mendigos. Vou aproveitar a deixa. (P. 55)

Sobre esta forma de interpretação da realidade e ficção acerca de autor e narrador, recorreremos às seguintes reflexões, que tratam da realidade empírica e sua imanência para com a obra. Observemos as orientações de Antônio Candido em sua obra: A personagem de Ficção sobre fictício e ficcional.

Fictício:

Dentro deste vasto campo das letras, as belas letras representam um setor restrito. Seu traço distintivo parece ser menos a beleza das letras do que seu caráter fictício ou imaginário.[...] fictício ou mimético que freqüentemente reflete momentos selecionados e transfigurados da realidade empírica exterior à obra, torna-se, portanto, representativo para algo além dele, principalmente além da realidade empírica, mas imanente à obra (CANDIDO, 1968, 9-12).

Ficcional:

A delimitação do campo da beletrística pelo caráter ficcional ou imaginário tem a vantagem de basear-se em momentos de “lógica literária” que, na maioria dos casos, podem ser verificados com certo rigor, sem que seja necessário recorrer a valorizações estéticas. Contudo o critério do caráter ficcional ou imaginário não satisfaz inteiramente o propósito de delimitar o campo da literatura no sentido restrito. A literatura de cordel tem caráter ficcional, mas não se pode dizer o mesmo dos Sermões do Padre Vieira, nem dos escritos de Pascal, nem provavelmente dos diários de Gide ou Kafka.(CANDIDO, 1968 ,p. 09)

Percebe-se que Fictício trata-se de um marco empregado para caracterizar toda obra de ficção que reproduz além da realidade empírica, origina-se como um juízo enunciado pelo saber. Já o ficcional exprime um juízo natural da consciência. Tal contradição quase sempre não é notada porque, comumente, autores e narradores se utilizam das mesmas classes pronominais, nas narrativas em primeira pessoa, para se identificarem.

No plano psicológico (metafísico), apesar do mesmo não obedecer à cronologia, e inexistir a relação com o tempo especialmente aludido, a passagem é indiferente a nossa vontade. O tempo psicológico perpassa no espírito e mente de cada personagem (ou ser humano), em uma diretriz sentenciada pelo desejo ou aspiração do narrador ou dos personagens que espelham suas experiências subjetivas, suas inquietudes, tormentos e revoltas.

Na favela tudo circula num minuto. E a notícia já circulou que a D. Maria José faleceu. (p.29)

...Os meninos come muito pão. Eles gostam de pão mole. Mas quando não tem eles comem pão duro. Duro é o pão que nós comemos. Dura é a cama que dormimos. Dura é a vida do favelado. Oh! São Paulo rainha que ostenta vaidosa a tua coroa de

ouro que são os arranha-céus. Que veste viludo e seda e calça meias de algodão que é a favela. A Vera é a única que reclama e pede mais. E pede: - Mamãe, vende eu para a Dona Julia, porque lá tem comida gostosa. Eu sei que existem brasileiros aqui dentro de São Paulo que sofre mais do que eu. Em junho de 1957 eu fiquei doente e percorri as sedes do Serviço Social. Devido carregar muito ferro fiquei com dor nos rins. Rara não ver meus filhos passar fome fui pedir auxílio ao prolapado Serviço Social. Foi lá que vi as lágrimas deslizar dos olhos dos pobres. Como é pungente ver os dramas que ali se desenrola. A ironia com que são tratados os pobres. A única coisa que eles querem saber são os nomes e os endereços dos pobres. (JESUS, 2014, p.41-42)

Nesta passagem da obra, nos deparamos com uma das mais impressionantes expressões de sentimento de exclusão vivenciado por aqueles que ocupam o “lado de fora” da cidade. Esse tempo particular e interior se amplia ou limita-se à medida que do estado de espírito em que se encontra e as reflexões obtidas através das percepções de mundo e como estas irão configurar-se em sua mente. É reveladora a aproximação entre espaço e corpo nesse trecho. O fato de ser obrigada a morar em um lugar feio e sujo faz com que ela se perceba como um trapo descartado.

O que destacamos como valor essencialmente relevante, compete-se ao período da personagem, sensações e devaneios. Por essa razão, através de suas reflexões, lembranças e pensamentos poderão movimentar-se entre passado e futuro e vice versa, sem necessariamente se submeter às regras conforme a sucessão cronológica habitual.

Essencialmente, vale destacar, que *Quarto de Despejo* relata e conecta a existência de dois mundos completamente distintos em suas práticas e experiências, porém, extremos paralelos que convivem em um conflituoso espaço e tempos de percepção diferentes. Para retratar tal quadro social, faremos um breve debate acerca das dimensões críticas destes espaços e como o processo de reflexão da consciência da personagem sobre o juízo de valor em Quarto de Despejo.

2.2 DA DIMENSÃO CRÍTICA A CONSCIÊNCIA SOCIAL DA PROTAGONISTA EM “QUARTO DE DESPEJO”

Ao discorrer sobre as dimensões críticas e sociais enfatizadas na obra “Quarto de Despejo: *diário de uma favelada*” buscamos enaltecer sobre a importância do olhar crítico na construção de leitores, ou seja, o olhar que poderá ser lançado dentro do contexto literário, que por sua vez, poderá vir a ser analisado sobre o prisma social interpretativo de cada indivíduo e sua compreensão de mundo. Tal perspectiva pode ser encarada em como a leitura sobre a percepção crítica, possuindo relevância no campo da construção do conhecimento crítico literário, desenvolvendo e ampliando sua visão do coletivo.

Ao saber, considerando a obra como propulsora na edificação representativa da literatura marginal, *Carolina* personagem, descreve em várias passagens frases curtas, porém, contextualizadas as realidades imaginadas e ou vivenciadas do seu dia a dia, por exemplo, refere-se à vizinha da favela, utilizando quase sempre de metáforas que caracterizam e denotam a pobreza:

Dona Dominga é uma preta igual ao pão. Calma e útil. (JESUS, 2014, p.52)

Segundo Carlos Vogt:

A comparação, além de motivos de ordem estilística, deve ter também o apoio ideológico, certamente em virtude da tematização da pobreza, comum ao santo da Umbria e à favelada do Canindé. Mas só uma abstração de efeito retórico permite, na verdade, compará-los. (p.208)

A leitura enquanto ação está presente na vida das pessoas, em basicamente todas as sociedades letradas. Esta se relaciona diretamente no contexto da inserção do indivíduo no mundo contemporâneo, devido à exigência e o rigor postulado para satisfazer as demandas de distintas atividades organizacionais da sociedade.

Desta forma, encaminhamos a narrativa produzida pela autora, para uma visão interpretativa de caráter pragmático, sobre a narrativa “Quarto de Despejo”, o linguista Carlos Vogt no livro *Os pobres na literatura Brasileira*, destaca:

A mediação das relações entre necessidades básicas e a sua satisfação pelo trabalho tem um grau tão elementar e primário que o próprio trabalho, longe de entrar na dinâmica do processo de produção e de transformação das condições sociais de seus agentes, constitui apenas um fator de reprodução das hierarquias, que lhe determinam a forma, dando-lhe como conteúdo uma total ausência de futuro social. Amanhã será como hoje, hoje é como ontem, ontem foi como todos os outros dias anteriores e futuros. (p. 208-209).

Dadas determinadas interpretações, vislumbramos que a autora ao redigir tais escritos, deixa impressas suas marcas linguísticas no que se diz respeito à produção literária, e consegue criar assim um universo onde a miséria é um estado real de carência, e apresenta a sociedade o verdadeiro drama das pessoas que sobrevivem nas favelas. Sobre a linguagem utilizada pela autora, Vogt ainda discorre;

Mesmo o dinheiro, mediação das mediações, deixa de ser aí um valor, uma abstração para ser, ele também, um objeto, uma coisa. O dinheiro-ferro, o dinheiro-papel, o dinheiro-arroz-e-feijão, enfim o dinheiro-coisa substitui o dinheiro-moeda e expressa, mais do que qualquer outro recurso de composição ou de figura de estilo, a realidade e a concreção da pobreza no mundo social que o livro de Carolina nos mostra. (p.209)

A estrutura narrativa adotada concentra uma imensa quantidade de acontecimentos identificatórios que colaboram na conjuntura virtual do sujeito-autor, demarcando, assim, não apenas o eixo corporal que mimetiza conceitos tangíveis, mas também um lugar ainda mais transcendente, ou seja, o perfil psicológico dessa personagem. Para o crítico e teórico literário Antonio Candido:

Antonio Candido, na análise que faz do romance *I Malavoglia* (1881), de Giovanni Verga, observa um fenômeno semelhante. Segundo o crítico, nesse romance, o dinheiro "parece transitar do mundo abstrato do valor para o universo denominado das coisas naturais" (p. 97) e constitui um recurso importante para dar expressão metafórica ao mundo fechado da pobreza.

Guardadas as devidas proporções, o mesmo se pode dizer da função do dinheiro no livro de Carolina. Aliás, muitos dos outros recursos utilizados pelo romancista italiano e apontados por Antonio Candido aparecem, certamente com menor ênfase funcional, em *Quarto de Despejo*. Entre eles, a repetição e o provérbio que no plano da narrativa e da linguagem contribuem para dar substância expressiva ao fechamento e à imobilidade do mundo social de que nos fala o diário de Carolina.

A narrativa abriga em si uma vertente profundamente subjetiva e imanente: a voz de quem concatena a identidade da personagem. Essa pode vir a ser essencialmente, a mesma voz feminina que pertence à autora Carolina Maria de Jesus. Os relatos dessa narradora subvencionam o leitor a uma série de informações com as quais esse sujeito é capaz de edificar, em seu imaginário, o que seria a identidade da moradora da favela em seu Quarto de Despejo, ou seja, da escritora que fala de si.

Todos estes elementos inferem sobre as condições da moradia no descrito espaço da favela, para a junção dos episódios descritos, o conflito dos espaços, a tensão, o tempo de percepção e as reflexões sobre esse universo, vão configurar-se nas possíveis justificativas da desobediência civil de Carolina, onde a mesma não "aceitará" as regras sociais impostas com totalidade sobre as desigualdades vivenciadas pelos moradores, e o próprio núcleo social onde ela vive, cria certas regras de convivência que gera uma onerosidade

financeira, o que inevitavelmente, irá conduzi-la a mais um motivo de sofrimento, e nesse contexto, surge a revolta, onde ela resolve não arcar com algumas despesas que eram exigidas pela própria sociedade, pois a mesma possui como primeira necessidade, prover o sustento de sua família.

O olhar que mais interessa a esta questão não é aquele relativo a uma identidade nacional unitária, essencialista, mas sim aos múltiplos processos de constituição da identidade que são divididos dentre os que habitam o território brasileiro.

Nessa perspectiva já se admitem processos de construção da identidade que podem apresentar renovação conforme passa o tempo. Não se pode estudar a produção das culturas populares tradicionais sem analisar as circunstâncias históricas em que são produzidas e esse sempre parece ter sido um erro cometido por aqueles que defendem uma visão da identidade popular como coisa estática e idealizada.

Em seu trabalho *Reflexões sobre o romance moderno*, Anatol Rosenfeld discute sobre três hipóteses com intuito considerar a corrente de transformações que atravessa o romance moderno. A introdutória configura-se como a principal, com relação a qual se fundamenta para a composição desse texto, é de que em cada período histórico persevera um *Zeitgeist*, ou seja, um tipo de espírito unificador que transcorre todas as manifestações culturais e de pensamentos. Logicamente, esse fenômeno torna-se observável em diversas culturas, e a nossa como ocidentalizada não haveria de ser distinta. Com elevado domínio sobre este campo de pesquisa, Rosenfeld ao convidar sobre um estudo em relação às mudanças ocorridas na Literatura, nos últimos séculos, designa correlatos com a pintura e suas transfigurações.

O teórico trabalha com hipóteses que servirão de base para as considerações como a da existência, em cada período da história humana, de um tipo de espírito, ou *Zeitgeist*, que reúne em si todas as culturas em contato, e a do fenômeno da anti-mimesis, ou desrealização, manifestado na extensão das artes com o surgimento do Modernismo. O teórico propõe que a liberdade deste universo, expande-se no campo das artes, ciência e filosofia, onde é possível estabelecer o fiar de uma relação de interdependência que as consubstanciam.

Para o especialista alemão, das pressuposições fundamentais, desperta-se mais uma, que trata que as transições analisadas no âmbito da pintura encontram análogos diretos no romance moderno, a constar, a deturpação das noções de espaço e tempo, a cronologia é deslocada concomitantemente pelo desenrolar dos acontecimentos, de narrador e personagem,

este gradativamente deixa de existir ou de adentrar no espírito daquele, a decorrente eliminação das particularidades planas e previsíveis. Em síntese, a amálgama do psíquico e do mundo, a extinção da perspectiva e a invalidação do indivíduo.

A perspectiva central, eliminada pela pintura moderna, surgiu no Renascimento; a perspectiva grega, diversa da renascentista, foi introduzida na época dos sofistas, sec. V a. C. Como se sabe, a pintura egípcia ou a pintura européia medieval – para dar só estes exemplos – não conheciam ou não empregavam a perspectiva. As hipóteses sobre esse curioso fenômeno tendem a considerar provável que a perspectiva seja um recurso para a conquista artística do mundo terreno, isto é, da realidade sensível. É característica típica de épocas em que se acentua a emancipação do indivíduo, fenômeno fundamental da época sofista e renascentista. (ROSENFELD, p. 77)

Estes novos filósofos eram questionadores críticos, que não hesitavam em externar seu pensamento, preocupados em problematizar a realidade. Trata-se um ser racional, que valoriza questões ligadas à matéria, é o homem renascentista, que acredita que tudo pode ser explicado por meio da razão e da ciência.

O fundamentalmente novo e que a arte moderna não o reconhece apenas tematicamente, através de uma alegoria pictórica ou a afirmação teórica de uma personagem de romance, mas através da assimilação desta relatividade à própria estrutura da obra-de-arte. A visão de uma realidade mais profunda, mais real, do que a do senso comum é incorporada a forma total da obra. É só assim que essa visão se torna realmente válida em termos estéticos. (ROSENFELD p. 81)

A mudança de mentalidade será importante ainda no estímulo à pesquisa científica, fazendo com que as ciências, a arte e a literatura passem por evoluções constantes. Sendo assim, a narradora assume mais que uma postura desobediente, revolta-se contra o sistema e usa de sua narrativa para retratar a situação de miserabilidade em uma favela sem perspectivas de melhoria de vida. Reavendo a escrita tradicional, as classes planas, o tempo linear, o narrador onisciente e o espaço demarcado não seriam mais realizáveis. Foi necessário que obras revolucionárias rompessem para com o tradicionalismo, obras que modernizassem o horizonte literário do período, e ainda mais, dominariam o diálogo com o cânone clássico.

3. DESOBEDIÊNCIA CIVIL: a partir de um Quarto de despejo

Já nos primórdios da civilização humana, observou-se a luta contra o absolutismo, à tirania e a opressão dos déspotas, pois já é creditado na existência de direitos inerentes à pessoa humana, através do simples ato de sua existência, sendo a consciência a força propulsora de demandas e desejos de mover-se.

Portanto, a necessidade de reivindicação é tão antiga quanto à existência humana, sendo capaz de tomar como exemplo o próprio nascimento, momento em que o recém-nascido se sente desconfortável com sua nova condição, sensação de frio e fome, então ele chora alegando que "os direitos" de proteção, para se proteger do frio e ser alimentado, lhes foram retirados.

Bem, quando as demandas humanas tornam-se barreiras impossíveis, o que chamamos de poder de resistência, e quando feitas contra o Estado de normas não legitimadas por um grupo social, designamo-las de desobediência civil.

A resistência é legítima desde que a ordem que o poder pretende impor seja falsa, divorciada do conceito ou ideia de direito imperante na comunidade. O direito de resistência não é um ataque à autoridade, mas sim uma proteção à ordem jurídica que se fundamenta na ideia de um bem a realizar. “Se o poder desprezar a ideia do direito, será legítima a resistência, porém é preciso que a opressão seja manifesta, intolerável e irremediável.” (DINIZ, 2005, p. 181/2).

Também, bem como nos tempos antigos, havia conceitos intrínsecos de direitos considerados inerentes à pessoa humana, que foram adquiridos pelo simples ato de existir, o direito de resistir a atos e regras ilegais ou "injustas" também foi considerado um direito natural inerente à pessoa humana. Com efeito, verificar que a desobediência à lei seria basear-se na ideia de Justiça, ratificando essa ideia com o grego pensado que vê a possibilidade de uma lei injusta, notando que Platão dissera que a injustiça sofrida por Sócrates em sua condenação, ilustrando ainda nesta parte do sentido de Antígona de Sófocles onde defende desobediência a leis injustas do soberano, por ir contra a lei divina e lei natural.

Voltando ao Quarto de despejo, podemos encontrar a protagonista dessa narrativa preocupada com o não pagamento da taxa da única torneira comunitária que é disposta a comunidade. É sintomático o desassossego com o escasso dinheiro, preocupação esta que é a todo o momento recorrente em sua escrita.

11 DE JUNHO ... Já faz seis meses que eu não pago a água. 25 cruzeiros por mês. E por falar na água, o que eu não gosto e tenho pavor é de ir buscar água. Quando as mulheres aglomeram na torneira, enquanto esperam a sua vez para encher a lata vai falando de tudo e de todos. (p.51)

7 DE JULHO ... Fui na dona Juana, ela me deu pães. Passei na fábrica para ver se tinha tomates. Havia muitas lenhas. Eu ia pegar uns pedaços quando ouvi um preto dizer para eu não mecher nas lenhas que ele ia bater-me. Eu disse para bater que eu não tenho medo. Ele estava pondo as lenhas dentro do caminhão. Olhou-me com desprezo e disse: - Maloqueira! – Por eu ser de maloca é que você não deve mecher comigo. Eu estou habituada a tudo. A roubar, brigar e beber. Eu passo 15 dias em casa e 15 dias na prisão. Já fui sentenciada em Santos. (p.73)

Antes do aparecimento do cristianismo no Império Romano há resistência aos atos ilícitos do imperador, observando a rebelião de escravos e gladiadores, por que não devemos falar na produção de um pensamento político a esse respeito, de tal forma a comparar os atos da personagem Carolina do livro “Quarto de Despejo” numa obra marginal e contemporânea, aos outros, que neste caso em questão resiste à injustiça do ato de tal autoridade.

Portanto, as necessidades do assunto sempre existirão, e a consciência de que somos capazes de lutar por nossos direitos foi um processo evolutivo que infelizmente atrasou em nosso corpo social. Deste fato começaremos esta sessão com a seguinte afirmação de Thoreau que diz:

O melhor governo é aquele que menos governa (...) e gostaria que ele fosse aplicado mais rápida e sistematicamente. Levado as últimas conseqüências, este lema significa o seguinte, no que também creio: “O melhor governo é o que não governa de modo algum” e, quando os homens estiverem preparados, será esse tipo de governo que terão. (Thoreau, 2001, p.3)

Entendemos por esta prerrogativa que os governos não são desnecessários, porém, via de regra, encontramos críticas subsistentes no livro Quarto de Despejo, ao sistema político vigente, onde os governantes governam para si mesmo, exercendo assim legitimidade na referência dos seus atos como regras que sempre beneficiam a si próprios, e impondo seus interesses pessoais acima do povo.

Os políticos só aparecem aqui nas épocas eleitoraes. O senhor Cantídio Sampaio quando era vereador em 1953 passava os domingos aqui na favela. Ele era tão agradável. Tomava nosso café, bebia nas nossas xicaras. Ele nos dirigia as suas frases de viludo. Brincava com nossas crianças. ou boas impressões por aqui e quando candidatou-se a deputado venceu. Mas Camara dos Deputados não criou um projeto barra beneficiar o favelado. Não nos visitou mais. ... (JESUS, 1997, p. 28)

Sobre a escrita da autora, Jaime Ginzburg, em artigo sobre o testemunho, escrita marcada pela indissociabilidade das dimensões ética e estética, fornece elementos para a discussão dos critérios de avaliação da qualidade literária da produção de autores subalternos, portadora de evidente teor testemunhal:

O problema do valor do texto, da relevância da escrita, não se insere em um campo de autonomia da arte, mas é lançado no campo abrangente dos direitos civis, em que

a escrita é vista como enunciação posicionada em um campo social marcado por conflitos (Ginzburg, 2010, p. 2).

Sendo assim, discorre sobre a condição do desequilíbrio social estruturado ao longo da história, e aponta os dirigentes como responsáveis de tais atos deste espetáculo de descaso, onde a maioria (o povo) que ao escolhê-los para sua representação, perdem sua fé em um governo justo e benéfico para todos. E neste sentido, introduz um novo personagem, a consciência humana, a saber, disto, a narradora primorosamente, estabelece um elo entre escrita, realidade e o eu, este que por sua vez, possui como característica central, forte caráter de reflexão íntima e social. Essa escrita marca uma identidade, o que nos destina a refletir a quem é a pessoa que escreve? Qual sua identidade enquanto narradora:

“Escrevo a miséria e a vida infausta dos favelados. Eu era revoltada, não acreditava em ninguém. Odiava os políticos e os patrões, porque o meu sonho era escrever e o pobre não pode ter ideal nobre. Eu sabia que ia angariar inimigos, porque ninguém está habituado a esse tipo de literatura. Seja o que Deus quiser. Eu escrevi a realidade.”

Carolina Maria de Jesus

Dentro desta narrativa, vamos encontrar diversos pontos cruciais presente neste contexto sócio político que permeiam a mente da autora, e servirão de base para construção de seus relatos diários. Carolina expressa ser uma pessoa totalmente atualizada em relação aos acontecimentos da vida política do país, o que se corrobora pelas recorrentes referências aos políticos em destaque na época, como Jânio Quadros, Adhemar de Barros e Juscelino Kubitschek.

... quando cheguei do palácio que é a cidade, os meus filhos vieram dizer-me que havia encontrado macarrão no lixo. E a comida era pouca, eu fiz um pouco do macarrão com feijão. E o meu filho João José disse:

- Pois é. A senhora disse-me que não ia mais comer as coisas do lixo. Foi a primeira vez que vi minha palavra falhar. Eu disse: É que eu tinha fé no Kubitscheck.(p. 19-20)

(...) O tenente interessou-se pela educação dos meus filhos. Disse-me que a favela é um ambiente propenso, que as pessoas tem mais possibilidades de delinqüirido que tornar-se útil a pátria e ao país. Pensei: Se ele sabe disto, porque não faz um relatório e envia para os políticos? O senhor Jânio Quadros, O Kubitschek e o Dr. Adhemar de Barros? Agora falar para mim, que sou uma pobre lixeira. Não posso resolver nem as minhas dificuldades. (p.26)

O abuso da boa-fé da comunidade pelos políticos na época de eleições, as visitas dos candidatos à favela, as migalhas ofertadas em troca de votos e as promessas nunca cumpridas são registradas pela narradora de forma crítica e consciente.

... O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora. Quem passa fome aprende a pensar no próximo, e nas crianças. (p.26)

Comprei um pão as 2 horas. É 5 horas, fui partir um pedaço já está duro (...). O pão atual fez uma dupla com o coração dos políticos. Duro, diante do clamor público. (p.47)

Desta forma, como primeira célula podemos ver a lei como um produto da vontade de estado, que de longe não concorda com as ideias e princípios que levaram à construção da sociedade a que se destina a chamada 'regra de conveniência'. Por outro lado, observando o surgimento da própria concepção da consciência humana, que é o centro das discussões sobre o trabalho de Thoreau, enfatizando a necessidade de homens antes de serem súditos são homens, e introduzindo o cidadão em primeiro plano no que se refere ao Poder estatal, fará falta a ratificação dos seus atos, ao manto de legitimidade.

Toda votação é um tipo de jogo, tal como damas ou gamão, com uma leve coloração moral, onde se brinca com o certo e o errado sobre questões morais; e é claro que há apostas neste jogo. O caráter dos eleitores não entra nas avaliações. (Thoreau, 21, p. 13)

Precisamos especular o momento político que o país enfrentava naquela época, o que pode ter manipulado negativamente na divulgação de uma obra que revelava um poder das vozes jogadas a margem, assim como, a delação da condição miserável de vida, que a classe dominante preferia ignorar.

...Quando um político diz nos seus discursos que está ao lado do povo, que visa incluir-se na política para melhorar as nossas condições de vida pedindo o nosso voto prometendo congelar os preços, já está ciente que abordando este grave problema ele vence nas urnas. Depois divorcia-se do povo.). Olha o povo com os olhos semicerrados. Com um orgulho que fere a nossa sensibilidade (JESUS, 1960, p.39.)

Os favelados já lhe diziam: “Carolina, já que você gosta de escrever, instiga o povo para adotar outro regime”. Esse fato talvez explique a rejeição dos editores em publicar seu último livro, *Provérbios*, que foi por ela mesma custeado. Carolina passou a figurar um papel relevante na sua comunidade, à mesma possuía consciência política excepcional para uma pessoa de sua classe social, o que poderia ser uma “ameaça” ao modelo político que começava a se delinear naquele momento.

A resposta humana a atos cometidos de resistência como prerrogativas ilegítimas pode trazer como resultado o ato da desobediência civil. Este direito de resistência é apresentado como uma maneira de insubordinação ao Estado e a regras entendidas como abusivas ora constitutivas em um determinado espaço, neste caso em questão, na extinta favela do

Canindé. A conjuntura do lugar de despejo do negro na sociedade brasileira é historicamente postulada pela autora:

Pretendia comprar um pouco de farinha para fazer um virado. Fui pedir um pouco de banha a D. Alice. Ela deu-me a banha e arroz. Era 9 horas da noite quando comemos. E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual – a fome! (p.27)

No célebre ensaio do autor Thoreau tais casos e situações, há uma ruptura institucional, vislumbrando por mudanças de regras, com a intenção de respeito pelos princípios maiores, tais como a equidade, a moralidade, a igualdade e a própria consciência humana.

Há seis anos que não pago o imposto *per capita*. Fui encarcerado certa vez por causa disso, e passei uma noite preso; enquanto o tempo passava, fui observando as paredes de pedra sólida com dois ou três pés de espessura, a porta de madeira e ferro com um pé de espessura e as grades de ferro que dificultam a entrada da luz, e não pude deixar de perceber a idiotice de uma instituição que me tratava como se eu fosse apenas carne e osso a serem trancafiados. (Thoreau, 2001, p. 29)

Assimilamos que a desobediência civil pode ser um ato contrário a uma lei em vigor em certos sistemas jurídicos e sociais, tal ato, seria apresentado publicamente, com efeito de promover uma mudança no campo social e, ou na esfera política de governo, observando sua diferenciação em um ato de mera objeção de consciência.

Sugerindo que, com efeito, nas suas conclusões, que em casos de desobediência civil, por razões de consciência, na parte inferior de processamento desses cidadãos devem procurar jurídica modificação ou adaptação dos procedimentos legais, com instinto de evitar a desigualdade no respeito da dignidade da pessoa humana. Desobediência civil, portanto, é uma das formas de expressão do direito de resistência. Neste caso, procura-se responder se é dever do cidadão enfrentar uma regra ilegítima em referência a um grupo social, materializando-se como uma forma de garantia dos direitos fundamentais, frente à implementação desses direitos e na ausência de outras soluções que lhes garantir.

Sobre isso, aferimos que a injustiça legal tolera como principal razão para inserir a desobediência civil, caracterizado pelo que desviou a finalidade do poder do estado e o voluntarismo político, gerando a resistência do cidadão para os desmandes do Estado.

3. 1 CAROLINA MARIA DE JESUS: de favelada e negra a escritora renomada

Para que entendamos como a autora Carolina Maria de Jesus, uma pessoa despossuída de educação formal e do mínimo para sobreviver dignamente, era detentora de tantas informações sobre a vida social, política e social da é necessário conhecer um pouco de sua história, só assim poderemos mergulhar um pouco mais na sua sensibilidade rara para entender o mundo.

Carolina Maria de Jesus saiu de Sacramento, pequena cidade do Triângulo Mineiro, em 1947, fugindo da pobreza da zona rural. Na época, os grandes centros urbanos estavam em pleno desenvolvimento, e era comum a migração das pessoas do interior para as grandes cidades em busca de uma vida melhor.

Os fatos narrados por Carolina abrangem um período de transição na história do Brasil. Iniciando-se em 1955 e terminando em janeiro de 1960, a narrativa registra fatos de relevância social e política na cidade de São Paulo. Vivia-se um momento de estabilidade social e de certa euforia no contexto político, com o início da construção de Brasília, que seria inaugurada em 21 de abril de 1960. Todo o país se voltava para o “grande acontecimento” que era a construção de uma nova capital idealizada por um Presidente da República bastante popular entre as classes mais baixas. No entanto, os problemas sociais, a fome, a falta de moradia, de saneamento básico permanecem ignorados pelas autoridades políticas, tão envolvidas com o novo projeto presidencial.

Divagando pelo interior do Estado chegou até São Paulo, onde exerceu o ofício de empregada doméstica em casa de pessoas ditas como da “alta sociedade”, como a família Zerbini. Não se adaptando ao trabalho doméstico, Carolina mudou-se para a desaparecida favela do Canindé, nas imediações da cidade, sucedendo a trabalhar como catadora de papel. Naquela época era um trabalho até certo ponto “lucrativo” devido à deficiência dos serviços públicos de coleta de lixo.

A autora fora alfabetizada até o 2º ano primário, e cultivou o gosto pela leitura e o hábito de escrever. Tudo indica que a mesma poderia ter contato a grandes obras literárias nas casas onde trabalhou, assim como os livros que encontrava no lixo, quando exercia seu ofício de catadora, o que lhe manteve aceso o desejo de ser uma grande escritora. Carolina dividia seu tempo entre as tarefas de catar papéis, cuidar do trabalho doméstico, que na verdade sempre lhe causava tristeza, onde a volta para casa, ou melhor, para o barracão, a fazia sempre

dar de cara com a triste realidade da fome, em seus relatos, este tema é sempre recorrente, e ao escrever o seu diário registrava os fatos corriqueiros dos seus infortunados dias.

A publicação de *Quarto de Despejo* se deve ao jornalista Audálio Dantas, que entendeu a importância do diário da favela do Canindé. Delegado de fazer uma reportagem sobre a inauguração de um parque infantil na favela, o repórter ouviu uma mulher gritar “*vou colocar vocês no meu livro*”. Intrigado em saber de que “livro” se tratava, Dantas foi levado pela própria Carolina ao seu barraco. Mostrou-lhe então alguns cadernos apanhados no lixo, nos quais catalogava o dia-a-dia da favela, a fome, as dificuldades para conseguir alimento, as brigas, as mortes, em suma, o cotidiano de uma sociedade indigente, à margem da humanidade.

Audálio Dantas, após muitas tribulações, conseguiu que a livraria publicasse a obra. Inicialmente, pretendia lançar três mil exemplares, porém, conseguiu disseminar trinta mil, em pouco tempo esgotados. As dificuldades por que passava Carolina eram tantas que, no dia do lançamento do seu livro, precisou catar papel para obter dinheiro para comprar comida para os filhos.

Antagonicamente, o mundo que a homenagearia e a elegeria como “escritora”, negava-se a ver a miséria em que aquela mulher estava inserida. Legitimada inicialmente como uma revelação, uma mulher favelada, negra, pobre, semialfabetizada, e mãe solteira de três filhos, Carolina ostentou um talento fugaz. O sucesso da obra se justificaria pelo fato de ter sido lançada em um momento que estava em recorrente tendência à contracultura e a bossa nova. Todavia, iniciava um novo ciclo, em que prevaleceria certa “censura branca” a certas manifestações artísticas que levaria a importunação do poder estabelecido. Carolina Maria de Jesus chegou a ser mundialmente conhecida com a publicação de seu primeiro livro.

Por último, cabe ressaltarmos a interseção de Audálio Dantas na escrita de Carolina Maria de Jesus. O jornalista informa que fez algumas retificações no texto, inseriu e removeu algumas vírgulas, eliminou poucos trechos, mas manteve a grafia original, delimitando-se a organizar a narrativa de forma coesamente. Todas essas referências são de extrema relevância para compreender a linguagem utilizada pela autora.

Carolina desafiou seu destino e acima de tudo sua realidade, percorreu um trajeto árduo e trilhou um curto caminho em busca do seu sonho pelas letras, provou através de sua

obra a sociedade que uma das funções mais importantes da literatura é humanizar, por assim dizer, os próprios humanos, nos fazendo olhar à margem, desta sociedade edificada sobre as desigualdades sociais. Utilizou-se da revolta contra seu mártir como força motora para prática da desobediência civil diante das regras inaceitáveis para com sua realidade. No entanto, após o fracasso de suas últimas obras, voltou a viver na pobreza, falecendo em 1977, ignorada por todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Do ponto de vista da função, a literatura pode estar de acordo com a sociedade, mas também em desacordo; pode acompanhar o movimento, mas também precedê-lo. Segundo o modelo humanista, há um conhecimento do mundo e dos homens propiciado pela experiência literária, um conhecimento que só a literatura nos proporciona. Então diante do julgamento da sociedade ela desenvolve a ideia de filtrar algumas obras que foram extremamente conceituadas, e defini-las como literatura, enquanto que outras, como por exemplo, os best-sellers seriam descartados, logo, não seriam reconhecidos como obras literárias.

Porém sendo a literatura exercida em um sistema sincrônico ela se renova, e essas classificações se tornam cada vez mais constantes transformando assim o critério de literatura praticamente em número de exemplares vendidos mundialmente. A literatura permite mais que o conhecimento externo (mundo), ela permite o conhecimento de si mesmo (a condição de ser humano). Ela tem como função ordenar a experiência humana, ou ainda reproduzir as estruturas da mente humana em suas próprias estruturas.

Conduzindo-se pelo exposto acima, sobre o entendimento das funções que a literatura pode cumprir, levantamos a hipótese do fato em questão, sobre o tema da desobediência civil, investigado na obra “Quarto de Despejo: *diário de uma favelada*” onde a mesma apresenta um choque de valores, de princípios e conflitos de espaço que determinam quase que categoricamente, a decisão de ser obediente ou desobediente frente a esse sistema explanado do âmbito da favela em comparativo divergente à cidade.

Para que um ato de desobediência civil seja interpretado como um protesto político, o mesmo precisa possuir como base, argumentos que sustentem uma justificativa em benefício da ética e moral. Por artifício, existem três circunstâncias que oportunizam a desobediência civil: a primeira trata-se da aplicação de uma lei injusta, uma lei ilegítima (deferida por quem não possui o direito de legislar), e uma lei inválida (de cunho institucional).

Na ocasião discutida, dado que o poder democrático deve provir da vontade popular, converte-se perfeitamente legítimo o *direito de resistência*, quando as aspirações políticas e jurídicas forem executadas por “representantes do povo” em desconformidade com

aqueles projetados pelo próprio povo, visto que, num Estado perfeito, a finalidade social é o bem comum de todo o corpo social.

De acordo com os primórdios da civilidade democrática, os cidadãos têm o dever moral de cumprir as leis, sabido que vivemos perante um sistema jurídico legal institucional, porém, os legisladores (o governo) também possuem por responsabilidade de elaborar leis ditas justas, isto é, que sigam a constituição e os princípios dos direitos civis e sociais. Quando o Estado se faz ausente, ou tratam de forma desprezível os habitantes, não nutrindo ao menos as necessidades básicas para sobrevivência dessas pessoas, poderá vir suceder algum caso de desobediência civil, e é justamente este elemento que iremos encontrar como premissa na obra analisada, onde a personagem Carolina indignada com a situação caótica daquela favela apropria-se do discurso elementar da experiência de suas reflexões sobre tal espaço.

Ademais, fica implícito, que a identificação do objeto de investigação, deve-se ao fato durante a narrativa, a mesma registrar sobre o seu não cumprimento de pagar a conta da torneira comunitária, dado que a este serviço de atenção básica, deveria ser cumprido pelo governo, e descreve seu desapontamento com mais uma promessa política não cumprida. Além disto, Carolina deixa claro que possui outras necessidades mais urgentes, como por exemplo, prover o sustento dos seus três filhos sozinha.

Do ponto de vista de nossa análise, o cenário traçado de Carolina personagem aparece como um evento de desobediência civil não limitado a um único aspecto moral, mas é estendida para a dimensão política. Portanto, se encaixa como desobediente civil porque praticada pelo ato da desobediência tem uma função moral com o intuito de causara mudança em um padrão de governo jurídico ou político.

A desobediência civil classifica-se como um método de protesto pacífico, que ajudou a influenciar trabalhos de importantes personalidades ao longo do século XIX e XX, como Martin Luter King Jr., Liev Tolstói e Mahatma Gandhi. Atualmente no contexto jurídico, faz parte do chamado Direito de Resistência, assim como o Direito de Greve e o Direito de Revolução, que servem para garantir a proteção da soberania do povo, caso esteja ameaçada por um regime opressor, como estudamos na narrativa Quarto de Despejo.

Para demonstrar o aspecto mais trágico do crescimento da capital São Paulo, ora pelas dificuldades vivenciadas, a escritora observa as misérias, discrepâncias e sofrimentos da grande cidade, contemplamos através de sua escrita, a maneira como uma sociedade dita

evolutiva, ainda preserva nuances de um passado atrasado. Ademais, particularmente em *Quarto de despejo*, encontramos a descrição da severa realidade de mulheres e homens pobres, às margens do mundo, destituídos da expansão da metrópole, e à modernização da grande cidade.

Em vista disso, a excepcionalidade de *Quarto de despejo* está na capacidade de Carolina praticar esse pensamento contraditório, em virtude de sua escrita, ao mesmo tempo evocar a classe burguesa, e fundamentar uma crítica à indiferença generalizada quando ao destino dos mais pobres na maior cidade do país.

Do mesmo modo que enxergamos sua crítica à pobreza e a percepção do quanto está conectada à exploração de uma elite que ela inclusive não valoriza, Carolina questiona as diversas formas de preconceito. A leitura e o envolvimento para com a obra *Quarto de despejo* nos proporcionam diversas análises sobre sua vida, a sociedade brasileira da época e de antes, sobre este prisma nos questionamos acerca de que esse trabalho contribuiria para o desenvolvimento dos estudos acadêmicos. A questão que consideramos mais importante a ser edificada, e respondida, foi designar um lócus para a escritora Carolina Maria de Jesus. O contexto no qual fora produzida sua obra, as transformações pelas quais atravessava a sociedade brasileira da segunda metade do século XX, envolvia questões complexas como a migração, o processo de industrialização, e da marginalização da população negra naquele momento, e foram essenciais para compreendermos tais mudanças.

Para tal, assimilar o relato de Carolina origina a necessidade de interpretar de que forma ela nos transmitiu essa história, portanto, investigar e entender o fundamento do gênero autobiográfico, suas características, seu valor literário e daí concluir que Carolina e suas histórias não eram apenas “documentos”, “registros”, mas literatura, arte, contrário do que nos foi doutrinado, porém, arte e literatura feita por uma mulher, negra e pobre, narrando através de sua voz, uma potência alcançada até nos dias atuais, essa mulher e propôs a vencer todas as barreiras sociais subjugadas à sua condição e ser reconhecida como escritora.

Por fim, concluímos esse trabalho tentando entender como um fenômeno chamado Carolina, trouxe uma mensagem “improvável e fundamental”, pelo impacto de suas palavras, soube captar e exprimir, através de sua obra, um profundo imaginário social, ou seja, ela espelha uma realidade partindo de conceitos, através de seus registros percebeu e transmitiu o peso da violência que transcorrem as relações sociais em nossa sociedade. Dessa forma, quando Carolina nos apresenta o seu universo às margens do famoso Rio Tietê, é verossímil a

compreensão da condição de marginalização social que se decretou ao longo da história sobre camada mais pobre da população.

Carolina habitualmente reproduzia em suas falas, contextos problematizadores acerca das dificuldades para a escrita feminina, transversalmente sobre a dominação exercida dos papéis de gênero que foram reservados a mulher ao ambiente doméstico por um corpo social erguido sobre os pilares machistas. Ao romper com essas regras que aprisionam o que possui de mais valioso, sua escrita, a mesma quebra o protocolo de segregação, que se arrasta na sociedade desde sempre e demonstra a significância do estudo de sua produção literária.

No decurso de produção de sua obra é possível perceber o nascimento de uma nova perspectiva que nos relembra de fato, que uma escritora negra e pobre resistiu à sociedade que lhe atirou à margem, e justamente, por seu ato de escrever, já haveria de ser considerada, como uma ‘legalmente’ desobediente civil a esta sociedade injusta, que tratam pobres e favelados como indigentes, que os expulsam até o lixo da cidade, ou melhor, dizer, ao seu quarto de despejo. Através da ideia da “dialética da marginalidade”, sentimos que Carolina Maria de Jesus estava empreendendo uma transmutação muito maior, encaminhando à cena literária um novo tipo de narrativa. Portanto, escrever também é um ato de resistir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Antonio Candido, "O mundo-Provémio (Ensaio sobre I Malavoglia)", Revista Língua e Literatura, São Paulo, nº 1, 1972, pp. 93-111.

BARTHES, Roland. **Análise Estrutural da Narrativa**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, **1988**. 292 p. BRASIL. **Constituição (1988)**. **Constituição** da República Federativa do Brasil.

CANDIDO, Antônio, ROSENFELD, Anatol, PRADO, Décio de Almeida Prado & GOMES, Paulo Emílio Salles. **A Personagem de Ficção**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976, 5ª edição

DINIZ, Maria Helena. **Dicionário jurídico**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. v.

ECO, Umberto. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994

GINZBURG, Jaime (2010). **Linguagem e trauma na escrita do testemunho**. Conexão letras, Porto Alegre, n. 3, p. 61-66. Disponível em: Acesso em: 20 jan. 2019 (8 abr. 2013)

HOLLANDA, Heloísa. **Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde: 1960/70**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004. 240 p

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo**, São Paulo, Livraria Francisco Alves (Editora Paulo de Azevedo Ltda.), 2ª. ed., 1960.

MONTEIRO, Maurício Gentil. **O direito de resistência na ordem jurídica constitucional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

ROSENFELD, Anatol. **Reflexões sobre o romance moderno**. In: Te xto/Contexto I. São Paulo: Perspectiva, 2009.

In: SCHWARZ, Roberto (org.). **Os Pobres na Literatura Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 205-213.moderno